

# Lei da Mordação é retrocesso

Tramitam, em diferentes Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas pelo Brasil, propostas de lei que instituem o “Programa Escola Sem Partido”, a lei da mordação nas escolas.

Tramita também na Câmara dos Deputados a proposta de lei nº 867 de 2015 que tem a proposta absurda de incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, a lei da mordação. Na Câmara, já foi criada uma comissão especial, em outubro do ano passado, que vem acelerando ao máximo os ritos para o projeto entre na pauta de votação de maneira célere – detalhe: a maioria esmagadora da comissão é formada por apoiadores do PL.

Mas o que é o tal “programa” escola sem partido? Ele foi criado pela organização do mesmo nome e constitui um ataque violento a qualquer projeto de educação emancipadora e crítica; pra começar, a organização em questão afirma que os professores não são educadores - o movimento inclusive indicado para leitura o livro “Professor não é educador”, de autoria de Armindo Moreira, que serve de embasamento teórico para as suas propostas.

Esse livro propõe uma dissociação entre os atos de educar e instruir, defendendo que a escolas e professores não devem educar, apenas instruir. O Sepe se opõe firmemente à dissociação entre os dois atos, uma vez que ela vai totalmente contra o fundamento do projeto educativo que a nossa categoria sempre defendeu, seja nas assembleias, seja em nossos congressos e demais fóruns de debates.

## “Criminosos que devem ser denunciados”

Tem mais: os proponentes do programa atacam os professores que investem em um processo educativo que dialoga com a realidade do aluno, chamando-os de “criminosos que devem ser denunciados” – para isso fizeram até mesmo uma cartilha, “Flagrando o doutrinador”, que mais parece uma volta aos anos da guerra fria, da caça aos comunistas. Essa cartilha traz uma lista de características que deveriam ser buscadas na atividade do-

cente para fazer as denúncias contra os professores. O Escola Sem Partido assume uma concepção de “educação” na qual os alunos constituem uma “audiência cativa” aprisionada em uma sala de aula, isolada da realidade do mundo que a circunda, na qual é objeto da maquinação maquiavélica de doutrinadores meticulosos. Isso é um absurdo! A educação não pode ser dissociada da instrução!

A realidade dos alunos, os fatos que estão acontecendo no mundo e são relatadas nos noticiários, por exemplo, são a matéria do diálogo aberto que existe dentro da sala de aula, diálogo este no qual alunos e professores trazem as suas experiências cotidianas e seus saberes para constituírem juntos o conhecimento escolar.

## Visão deturpada

E qual é a solução para o problema criado pela própria visão deturpada do processo educativo do Escola Sem Partido? Uma lista com os “Deveres do Professor”, que deve ser afixada em todas as salas de aula do Brasil. Existem coisas tão mais urgentes a serem exibidas nas paredes de nossas escolas! Por que não fixar o valor dos recursos nacionais que deveriam ser dedicados anualmente para educação em oposição aos efetivamente recebidos? Por que não descrever para os alunos as condições básicas de infraestrutura que deveriam estar presentes em todas as escolas do Brasil? Por que não os informar que uma educação pública, gratuita e de qualidade é direito de todos?

Eis um dos tais “deveres do professor”: o professor não deve estimular “seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. Ora, agir em concerto com outros no espaço público é parte essencial da vida em um regime democrático. A aprovação dessa proposta – seja em âmbito municipal, estadual ou federal – constitui uma afronta a um projeto de educação que forme os alunos para a atuação em uma democracia, na qual as manifestações são condição para a vida política.

# Prefeituras atrasam salários e descumprem direitos trabalhistas

O descumprimento por parte do governo do estado e de prefeituras para com suas obrigações trabalhistas e a tentativa de aprovação de medidas legislativas que atacam direitos e benefícios dos servidores públicos tornou-se regra no Rio de Janeiro desde meados do ano passado. No estado, Pezão tenta a todo custo aprovar o seu pacote de maldades que ameaça demitir servidores, aumentar a contribuição previdenciária e acabar com serviços públicos

essenciais. Nos municípios, prefeitos que torraram os bilhões dos royalties do petróleo e agora se encontram falidos, atrasam salários e não pagam direitos e benefícios, como o 13º e as férias.

Por causa disto, a mobilização é forte também nas redes municipais que, seguindo o exemplo dos servidores estaduais e da rede estadual, lutam para obrigar os governos municipais a pagarem o que devem e respeitarem os nossos direitos.

**15 DE MARÇO**

## Greve Nacional da Educação

Em 15 de março ocorrerá a greve nacional da educação contra a reforma da previdência, contra a reforma trabalhista e pela recuperação das perdas salariais. O Sepe aprovou o indicativo de que as redes municipais discutam e aprovelem em suas assembleias locais a adesão à paralisação do 15/03 e realizem atos nas prefeituras, se dirigindo depois, em caravana, ao ato central que ocorrerá no município do Rio de Janeiro.

Veja nesse boletim como está a luta em alguns municípios.

## Junte-se ao Sepe e venha lutar pelos nossos direitos

Na década de 90, realizamos uma grande campanha de filiação intitulada “Plantar, lutar, colher os frutos”, como uma homenagem aos funcionários administrativos, cuja filiação ao sindicato tinha acabado de ser aprovada em congresso do Sepe.

De lá para cá, nossa categoria cresceu e muitos novos profissionais entraram nas diversas redes de educação do estado e municípios. Os filiados ao Sepe contribuem ao sindicato de forma voluntária.

Em 2017, o sindicato fará uma nova campanha de filiação. São as contribuições voluntárias dos filiados que viabilizam a luta da categoria – reafirmamos que o Sepe é contra o imposto sindical (que é compulsória). **Filie-se ao Sepe! Junte-se à entidade que há 40 anos não foge à luta!**

# A luta nos municípios

## **BARRA MANSA**

O Sepe Barra Mansa informa que o novo prefeito do município, Rodrigo Drable (PMDB), tem se recusado a receber o sindicato em audiência. A luta da categoria para 2017 é a mobilização contra a revogação a Lei 4133/2013 (eleição de direções de escolas) e contra a revogação do decreto do 1/3 da carga horária para planejamento e a implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Educação municipal.

## **BELFORD ROXO**

O Sepe Belford Roxo luta na Justiça para obrigar a prefeitura a pagar os vencimentos atrasados de profissionais e aposentados. Os demais servidores também participam da luta para receber o que lhes é devido. Os profissionais de educação entraram em greve dia 10/02 contra os atrasos salariais.

## **CABO FRIO**

A rede municipal de Cabo Frio realizou em 2016 a mais longa greve da história do SEPE. A luta da rede municipal se intensificou em outubro de 2015 e pela intransigência do então prefeito, a greve teve início em dezembro daquele ano, quando Alair Correa decidiu não pagar o salário da categoria, não pagar também o 1/3 das férias e parcelar o 13º em 5 vezes. Com um calendário intensivo de lutas a categoria fez pedágio, ocupou a prefeitura, instalou acampamento, fez várias vigílias na Câmara de Vereadores além de passeatas pela cidade.

Com a eleição de novo prefeito, o Sepe Lagos cobrou audiência e os profissionais da educação de Cabo Frio aceitaram a proposta construída entre governo e sindicato, encerrando a greve, deliberando pelo estado de greve, e o retorno, após as férias de janeiro, num calendário único para grevistas e não grevistas.

## **DUQUE DE CAXIAS**

Os profissionais da educação do município de Duque de Caxias estão com os salários de novembro, dezembro e o décimo terceiro atrasados. O prefeito Washington Reis (PMDB) não apresentou, até o momento, um calendário de pagamento para esses meses atrasados. Ele anunciou apenas o pagamento do 13º para ativos no dia 10/2 e inativos dia 15/2. Pagamento de fevereiro até o quinto dia útil de março. Em assembleia geral, no dia 07 de fevereiro, a categoria decidiu entrar em greve

por tempo indeterminado.

## **ITABORAÍ**

Em assembleia realizada no dia 31 de janeiro, os profissionais da rede municipal de Itaboraí deliberaram a deflagração da greve a partir do dia 15 de fevereiro caso o pagamento de dezembro de 2016 não seja efetuado de forma integral. A categoria rejeitou o indicativo de parcelamento de dezembro de 2016 em duas vezes (primeira parcela em 15 de fevereiro e segunda parcela em 15 de março).

## **NITERÓI**

A Rede Municipal de Niterói tem protagonizando uma grande luta contra o Pacote de Maldades do prefeito Rodrigo Neves. Após sua reeleição, o prefeito Rodrigo Neves encaminhou um programa de "ajuste fiscal" que, dentre outras medidas, previa: o congelamento "oficial" dos Planos de Carreira, o fim das licenças-prêmios e faltas abonadas mensais, a elevação da alíquota previdenciária de 11% para 14%, a proibição de enquadramentos por formação no estágio probatório e, num ataque duríssimo à Educação, o adiamento da incorporação dos Adicionais Transitórios dos salários dos educadores. Os Aposentados da Educação de Niterói são os que mais sofrem, pois não recebem os Adicionais Transitórios desde 2014 (uma perda salarial que varia de 15% a 48%), e a incorporação corrigiria esta injustiça.

Em reação a este Pacote de Maldades, a Rede Municipal de Niterói entrou em um dos seus maiores processos de lutas da história. O Pacote foi aprovado, ainda que com mediações: elevação da alíquota previdenciária para 12,5% e adiamento da incorporação dos Adicionais Transitórios para 2018 (antes o previsto era para 2020), além do fim do direito de enquadramento no estágio probatório. Os congelamentos "oficiais" dos Planos de Carreira e o fim das licenças-prêmios e faltas abonadas mensais foram derrubados, numa vitória importante da categoria em unidade com os servidores municipais. Agora em 2017, a rede municipal entrou em estado de greve.

## **NOVA IGUAÇU**

Os profissionais da educação da rede municipal de Nova Iguaçu estão em greve desde o dia

2 de fevereiro para cobrar do governo o pagamento imediato dos salários de novembro, dezembro e da segunda metade do décimo terceiro. No dia 13/02, depois de uma assembleia, uma comissão de negociação teve audiência com vice prefeito Carlos Ferreira, que informou que o governo ainda não tinha como apresentar uma data para o pagamento dos salários em atraso, mas que o prefeito Rogério Lisboa estava em Brasília naquele dia, tentando um empréstimo para a resolução da situação. Uma nova audiência ficou de ser marcada.

## **QUEIMADOS**

No dia 17 de janeiro, a direção do Sepe Queimados teve reunião com o secretário municipal de Educação, Lenine, e sua subsecretária Lina. No encontro foi discutido as convocações para novos concursados, criação de uma nova comissão para continuar os estudos sobre o Plano de Carreira, entre outros temas da pauta de reivindicações.

## **RESENDE**

O Sepe Resende tem lutado por melhores condições de trabalho, melhorias no espaço físico, pois falta material de trabalho, profissionais de educação, segurança nas escolas, merenda escolar, descontos excedentes, referente ao vale transporte, no contracheque do servidor público; descontos de direitos adquiridos de acordo com Lei.

Na questão das Monitoras de Creches que se tornaram Educadoras, mas, não houve valorização profissional e nem financeira. Adequação de carga horária-1/3 para planejamento, Imposto Sindical e outras reivindicações.

Outra pauta da nossa luta tem sido a tentativa de derrubar os Decretos 8870 e 8748 que retiram diversos direitos dos profissionais de educação.

## **SÃO GONÇALO**

Os profissionais de educação da rede municipal de São Gonçalo entraram em greve no dia 01 de fevereiro, em protesto contra o atraso dos salários e o parcelamento do pagamento do salário de dezembro. A categoria está mobilizada contra o projeto do novo prefeito, José Luis Nanci, de parcelar o pagamento dos salários de dezembro em 10 vezes.

Em 2015, a Justiça aceitou o pedido do Sepe SG de prisão do ex-prefeito Neilton Mulin por descumprimento da ordem de pagar os atrasados.

## **TERESÓPOLIS**

Desde 2015, a categoria tem sofrido muitos ataques. O ex-prefeito Arle Rosa (PMDB) provocou um rombo na Previdência que, até hoje, afeta aposentados e ativos da rede. Na mesma linha, o atual governo de Mário Tricano (PP), que prometeu reverter a situação, mas o que vimos foram mais ataques: ele congelou o Plano de Carreira dos funcionários, não concedeu qualquer reajuste salarial ao Magistério, não pagou horas-extras de dezembro de 2015, parcelou salários e tenta, com a ajuda da Câmara, retirar o plano de saúde e o vale-alimentação.

No dia 01/02/17, a categoria iniciou uma greve pelo pagamento dos salários em atraso, dezembro e novembro de 2016. Greve que chegou ao fim no dia 6/02, com a quitação dessa dívida com a educação. Mais uma resposta ao governo Mário Tricano, cujo plano seria parcelar os atrasados em 12 vezes e/ou pagar somente no final de fevereiro de 2017.

## **VALENÇA**

A rede municipal de Valença está cobrando da prefeitura o pagamento da segunda parcela dos salários de novembro e dezembro. Na audiência com o novo prefeito, Fernandinho Graça (PP), ele afirmou que iria pagar em fevereiro e março uma folha e meia, quitando a dívida de 2016. Em janeiro, a prefeitura pagou o salário dentro do mês e 1/3 de férias. A data-base dos profissionais de educação de Valença é no dia 1º de maio.

## **VOLTA REDONDA**

Os profissionais de educação de Volta Redonda estão em campanha salarial. O salário do funcionalismo se encontra congelado, bem como suas referências, e com reajustes abaixo da inflação.

A respeito do Plano de Carreira, o magistério municipal tem direitos garantidos na lei 3250/95, que não vêm sendo cumpridos. O Sepe ajuizou ação, sendo vitoriosa em 1ª e 2ª instâncias. O TJ-RJ não admitiu Recurso Especial em Brasília.

Já a Lei 11.738/2008 que dá ao docente o direito de usar 1/3 de sua carga horária para planejamento, o Sepe foi à Justiça e ganhou em 1ª Instância, para que o município se organizasse para aplicar 1/3 da carga horária em 2017. O governo em vez de cumprir a lei recorreu à 2ª instância. Propomos o planejamento para a implementação desse direito em 2017. A pauta da categoria foi apresentada à prefeitura.